



DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

FORMAÇÃO E GESTÃO EM PROCESSOS EDUCATIVOS

*Sandra Aparecida de Bem Stefanés ¹
sandra.stefanes@gmail.com*

Introdução

A experiência relatada neste resumo aconteceu entre os anos de 2015 e 2017, na Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), especificamente no Centro de Atendimento Especializado CENET (Centro de Educação e Trabalho), na cidade de São José, em Santa Catarina, na qual assumi meu cargo como psicóloga concursada, sem muito conhecimento sobre as pessoas com deficiências em geral. O objetivo do CENET é produzir conhecimento, capacitar profissionais, assessorar os serviços na área da educação profissional e emprego de pessoas com Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro Autista (TEA), com perspectiva de qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho. Ponderando que o trabalho tem enorme ressonância na vida de todos os indivíduos e é comumente assinalado como atividade essencial para a realização pessoal, desenvolvimento da autoestima, interação social, sentimento de pertinência e capacidade, assim como construção de identidade e autonomia, as atividades desenvolvidas nesta experiência a partir da psicologia procuram gerar a participação e a inclusão dos indivíduos com deficiência intelectual no mercado de trabalho.

Desenvolvimento

A Lei de Cotas nº 8213/91, Art. 93º, dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência em empresas com mais de 100 funcionários. Dados estatísticos do Ministério do Trabalho e Emprego evidenciam a desigualdade no número de trabalhadores e na remuneração de Deficientes Intelectuais (DI) em relação às pessoas

¹Psicóloga, Especialista em Educação Especial, Mestranda em Educação: Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC.



com demais deficiências. Para minimizar essa diferença, existem programas de capacitação de DIs para inclusão no mercado de trabalho.

A Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) é a primeira instituição pública estadual do Brasil responsável pela definição e coordenação de políticas de Educação Especial, criada em maio de 1968, e vinculada à Secretaria de Estado da Educação. Beneficia milhares de pessoas em todo o estado que dependem das políticas públicas para serem incluídas no mercado de trabalho e na sociedade. A FCEE conta com dez Centros de Atendimento Especializado, que são ambientes de estudos, discussões e pesquisas em suas referentes áreas de atuação. A clientela dos Centros é composta por pessoas com deficiência (visual, auditiva, mental, física e múltipla), TEA, Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade e Altas Habilidades/Superdotação.

Para agregar suas ações, a FCEE autoriza a implantação de serviços especializados em educação especial nas escolas da rede estadual de ensino, como segundo professor de turma, professor bilíngue, professor intérprete, professor instrutor da LIBRAS e atendimento educacional especializado. Além disso, faz cedência de professores para as mais de 200 instituições especializadas de Santa Catarina conveniadas com a FCEE para atuação no serviço de estimulação essencial, educação profissional, atendimento educacional especializado, informática, educação física e serviço pedagógico específico, contemplando cerca de 18 mil pessoas com deficiência.

Para melhor contextualizar este relato de experiência, início expondo que minhas atividades laborais eram, inicialmente, a avaliação psicológica, realizada por meio de anamnese com família e jovens com deficiência intelectual e TEA, observação e aplicação de teste Matrizes Progressivas Escala Geral de Raven. Demonstrando o possível potencial de desempenho funcional, a pessoa era encaminhada para a *Iniciação para o trabalho*, que é a etapa destinada à avaliação e pesquisas de competências dos usuários, a partir do levantamento das potencialidades, interesses profissionais e nível acadêmico, visando identificar os apoios necessários para qualificação profissional.

Concluída essa etapa, a pessoa era encaminhada para a *Oficina de Pré-Qualificação* de educação profissional, que oferece uma variedade de experiências em atividades profissionais e acadêmicas aos aprendizes, com o objetivo de desenvolver habilidades como autonomia pessoal, desempenho compatível com as exigências do mundo do trabalho, posturas no ambiente do trabalho, relações interpessoais, compreensão do mundo do trabalho, autoavaliação sobre pretensões e limitações pessoais, entre outras. Finalmente, a pessoa era encaminhada para a *Oficina de*



Qualificação, caracterizada pelo objetivo eminentemente qualificador para o emprego e o trabalho, com cursos realizados em ambiente institucional e/ou encaminhamento aos cursos ofertados pelas agências formadoras de educação profissional.

Enquanto psicologia, eu mantinha interação quase que cotidiana com os 50 aprendizes, com idades entre 14 a 50 anos, que apresentavam deficiência intelectual e TEA e estavam em fase de preparação para o mercado de trabalho nos Cursos oferecidos pelo CENET. O programa de capacitação foi elaborado e ofertado pela Fundação Catarinense de Educação Especial com o intuito de contemplar a necessidade do mercado de trabalho da grande Florianópolis no cumprimento da Lei de Cotas. As aulas eram realizadas de segunda à sexta-feira, nos turnos matutino e vespertino, nas dependências do CENET (FCEE) com os respectivos professores, com o apoio da equipe especializada composta por assistentes sociais, pedagogas e psicólogas.

Realizei, em colaboração com a assistente social, rodas de conversa e dinâmicas de grupo com o objetivo de orientação referente às expectativas de desempenho e intervenções sobre o comportamento desses aprendizes. As dificuldades dos aprendizes se davam na questão de não terem se alfabetizado, pois alguns não frequentaram a escola regular, o que gerava sentimentos de incapacidade e incompetência para entrar e permanecer no mercado de trabalho. Para Melletti (2001), a profissionalização nos programas especiais tem como acréscimo a função de preencher o dia a dia desse público, que frequenta cursos e oficinas para fugir do ócio, uma vez que nesse momento da vida a escolarização já foi dada por concluída. Como profissional, minha dificuldade foi perceber que, algumas vezes, alguns aprendizes e familiares queriam ir em busca de algo melhor para suas vidas, mas dependiam de políticas públicas realmente inclusivas, pois na grande maioria, são pessoas com deficiência e familiares em situação de vulnerabilidade social. As principais dificuldades encontradas durante o processo foram de caráter comportamental, pois a maioria dos alunos apresentou comportamento infantilizado e vitimado, o que evidenciava a necessidade de um trabalho com o núcleo familiar, especificamente do acompanhamento profissional especializado em psicologia.

Para De Carlo (1999), um dos pontos que se destaca nessa realidade é a estreita dependência existente entre a subestimação dos deficientes intelectuais e o caráter eternamente infantil que lhes é conferido. No decorrer da história sobre a visão que a sociedade tem dos deficientes intelectuais, nem quando foram caracterizados como marginais de toda espécie, pelo desempenho da medicina, eles conseguiram ser vistos em sua probabilidade de maioridade. “Tanto o ‘louco’ como o ‘idiota’, destacados da



massa de alienados por sua caracterização como entidade clínica, foram, porém, equiparados às crianças" (DE CARLO, 1999, p. 22).

A manutenção, generalizada entre os educadores, de atitudes e linguagem infantilizadas, mesmo quando se referiam a um aluno adolescente ou jovem adulto, como se as pessoas com deficiência mental não se desenvolvessem para além de infância (FERREIRA, 1994, p.8).

A American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD - 2010) define deficiência intelectual como um estado marcado por limitações expressivas no funcionamento intelectual, no comportamento adaptativo e com procedência antes dos 18 anos. A nomenclatura deficiência intelectual acarreta à condição um ponto de vista funcional, bioecológico e multidimensional, avaliando a interação ativa entre o funcionamento do indivíduo e o meio social. Os grupos sociais definem uma condição de “normalidade”, que funciona como uma tela de fundo das experiências ofertadas as pessoas em distintas fases de vida. O estilo infantilizante de iniciativas designadas aodeficiente intelectual o colocam em um grau defasado dessa normalidade ou, quiçá, à margem dela, sem um método de vida com expectativas de realização pessoal.

Considerações finais

Essa experiência possibilitou-me entrever um panorama positivo para a inclusão de DIs no mercado de trabalho, mas que necessita de envolvimento de vários campos sociais para diminuir a desigualdade de acesso, permanência e remuneração por meio da formação profissional e do aprendizado de atividades laborais. A experiência descrita neste resumo evidencia que, em se tratando de crescimento e conquistas pessoais e profissionais, tive a oportunidade de vivenciar e contribuir com a inclusão no mercado de trabalho dos DIs; adquirir maturidade para perceber até onde posso ir com minha inquietação em querer auxiliar famílias e aprendizes a desenvolverem a capacidade de protagonizar suas próprias vidas.

Referências

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <http://www.aaid.org/>. Acesso em: 22 mar. 2019.



BRASIL. Lei 8213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 21 mar. 2019.

DE CARLO, M.M.R.P. **Se essa casa fosse nossa: instituições e processos de Imaginação na Educação Especial**. São Paulo: Plexus, 1999.

FERREIRA, M.A.C. **A Prática Educativa e a Concepção de Desenvolvimento Psicológico de Alunos com Deficiência Mental**. 1994. 160f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Disponível em: <http://www.fcee.sc.gov.br/index.php/institucional/sobre-a-fcee>. Acesso em: 21 mar. 2019.

MELETTI, S.M.F. O Significado de Processo de Profissionalização para o Indivíduo com Deficiência Mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.7, n. 1, p. 77-90, 2001.